

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 606.390 - SP (2014/0266406-6)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVANTE : APRI ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DO RECREIO INTERNACIONAL
AGRAVANTE : ABAURI ASSOCIAÇÃO DE BAIRROS UNIDOS AO RECREIO INTERNACIONAL
ADVOGADO : PEDRO LUIZ PIRES E OUTRO(S) - SP117604
AGRAVADO : SOCIEDADE AMIGA DO RECREIO INTERNACIONAL-SARI-
ADVOGADO : MATEUS LUIZ SARTORE E OUTRO(S) - SP037489
AGRAVADO : MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO
ADVOGADO : MARCELO HENRIQUE DA SILVA MONTEIRO E OUTRO(S) - SP121827

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 818):

Ação civil pública. Loteamento fechado. Restrições de acesso, a não ser a pessoas previamente identificadas e qualificadas. Imposição do dever de associação. Ausência de transporte coletivo. Pretensão de cessação do fechamento, impedindo-se restrição de acesso ao bairro e a dever de associação, determinado, ainda, o acesso de ônibus para embarque e desembarque de passageiros no bairro.

Ação civil pública. Improcedência por reconhecimento de coisa julgada. Anteriores ações ditas definidoras da natureza do empreendimento. Fenômeno processual inócua. Improcedência que se decreta, no entanto, por motivos outros.

Litigância de má-fé. Reconhecimento descabido. Inocorrência de circunstância autorizante de imposição de pena, a resultar no descabimento da condenação do autor, o Ministério Público, em verba honorária e despesas processuais. Recurso desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 962/965).

Nas razões do apelo especial, o Ministério Público Paulista aponta ofensa aos arts. 282, 295, III, do CPC/73; 1º, § 4º, e art. 3º, do Decreto 58/37; 1º, 7º e 9º, da Lei 4.591/64; 1º ao 5º, 17, 22, da Lei 6.766/79; 39, III, VI e parágrafo único, da Lei 8.078/90; 17, da Lei 8.666/93; 4º, VI, 32, § 2º, I, 33, V, 36, 37, 38, 41, V, da Lei 10.257/01; 100 e 997, do CC; e 5º, *caput* e XX, 26, I, 37, XXI, 127, 129, II e III, 225, *caput* e § 1º, da CF/88.

Sustenta, em síntese, que (I) "*Não se pode falar em inépcia da inicial, que preenche todos os requisitos do artigo 282, sendo clara o suficiente para a compreensão do pedido e da causa de pedir, bem como para tornar possível o exercício do direito à ampla defesa.*" (fl. 977); (II) "*... não se pode falar em coisa julgada, seja pelas razões muito bem expostas pela D. Promotoria de Justiça oficiante, em seu apelo, seja porque a coisa julgada tem como pressuposto a validade, ainda que em tese, dos fundamentos do julgado.*" (fl. 978); (III) a necessidade de relativização da coisa julgada, "*...em hipótese de dano ao patrimônio público.*" (fl. 979); (IV) "*... não se pode transformar um loteamento em condomínio, constituindo-se uma verdadeira aberração a tentativa de denominar um loteamento de loteamento fechado, na medida em que o loteamento pressupõe a destinação de considerável parte da área em bem público de uso comum do povo...*" (fl. 980).

Contrarrazões às fls. 1.825/1.851 e 1.872/1.876.

Parecer Ministerial às fls. 2.167/2.171.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O recurso não prospera.

Inicialmente, em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa ao arts. 5º, *caput* e XX, 26, I, 37, XXI, 127, 129, II e III, 225, *caput* e § 1º, da Constituição Federal.

No que remanesce, o recurso especial não impugnou fundamentos basilares que amparam o acórdão recorrido, a saber: (I) "*Não se pode, nesta ação civil*

Superior Tribunal de Justiça

pública, com limites traçados pela petição inicial, de revelho conhecimento o projeto de sentença, refazer, alterar, transmutar julgamento sobre a natureza jurídica de algo declarado em regular processo." (fl. 826); (II) "... em verdade, dá-se falta de interesse de agir quanto a parte do pedido...", (III) "... quanto aos demais, dá-se ilegitimidade de parte do Ministério Público..." (fl. 827).

Logo, a pretensão esbarra, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."* A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator